

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA - CREA/PB

Decisão da Câmara Especializada de Engenharia Mecânica, Metalurgia e Química (CEMMQ/PB)		
Reunião	Ordinária	Nº 355
Decisão da CEMMQ	Nº 83/2024	
Referência:	Processo Nº 1211923/2024	
Interessado(a):	JOSÉ MUNIZ - ME	

EMENTA: Aprova a **MANUTENÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO**, na penalidade **Mínima**, por infração ao(a) alínea "e", Artigo 6º da Lei 5.194/66..

DECISÃO

A Câmara Especializada de Engenharia Mecânica, Metalurgia e Química do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA (PB), reunida em sua Sessão Ordinária nº 355, apreciando o Processo nº 1211923/2024 que versa acerca do Auto de Infração Nº 700005554/2024 em desfavor da Pessoa Jurídica JOSÉ MUNIZ-ME, devido à Falta de Responsável Técnico, no Quadro da Empresa, na Modalidade de Engenharia Mecânica, conforme Protocolo 1203542/2024, e; considerando que tal fato constitui infração ao artigo 6º da Lei 5.194/66, dispõe que: "art. 6º - exerce ilegalmente a profissão de engenheiro ou de engenheiro-agrônomo: (...) e) a firma, organização ou sociedade que, na qualidade de pessoa jurídica, exercer atribuições reservadas aos profissionais da engenharia e agronomia, com infringência do disposto no parágrafo único do art. 8º desta Lei".; considerando a Resolução nº 1.008/04-Confea, de 09 de dezembro de 2004, que dispõe sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades; considerando o artigo 73 da Lei nº. 5.194, de 1966, que estipula as multas a serem aplicadas às Pessoas Físicas (profissionais e leigos) e às Pessoas Jurídicas que incorrerem em infração a legislação profissional, de acordo com a gravidade da falta cometida; que a Pessoa Jurídica autuada teve ciência do auto de infração em 25/10/2024, conforme AR anexado ao processo; considerando que foi identificado a Regularização do Fato Gerador da infração através da Inclusão de profissional no Quadro Técnico da Empresa (protocolo: 1212741/2024, em: 13/11/2024); considerando que a Pessoa Jurídica autuada apresentou Defesa dentro do prazo informando da Inclusão de Responsável técnico e solicitando o arquivamento do auto/processo; considerando que a Pessoa Jurídica autuada não apresenta nenhum fato relevante, que influa na nulidade/arquivamento do auto aplicado pela fiscalização deste Regional; considerando que, até a presente data, não houve também o pagamento da multa correspondente; considerando qure na análise, foram observados os seguintes dispositivos legais: 1. Resolução nº 1.008/04 Confea, de 09 de dezembro de 2004, que dispõe sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades; 2. Resolução nº 1.047, DE 28 de maio de 2013 – altera a Resolução nº 1.008, de 09 de dezembro de 2004, que dispõe sobre os procedimentos para instauração, instrução e julgamento dos processos de infração e aplicação de penalidades; 3. Lei 5.194/66 Confea, de 24 de dezembro de 1966, que regula o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro agrônomo e dá outras providências. 4. Resolução 1.066/2015, de 25 de setembro de 2015 que fixa os critérios para cobrança das anuidades, serviços e multas a serem pagos pelas pessoas físicas e jurídicas registradas no Sistema Confea/Crea, e dá outras providências; e 5. Decisão Plenária nº 1.240/23 Confea que atualiza os valores de serviços, multas e anuidades a serem cobrados pelo Sistema Confea/Crea no exercício 2024, e dá outra providência; considerando o que os Agentes de fiscalização dos Conselhos de Fiscalização Profissional gozam de Fé Pública; considerando que da Decisão da Câmara Especializada a autuada poderá apresentar Recurso ao Plenário do Crea-PB no prazo de 60 (sessenta) dias, DECIDIU aprovar por unanimidade o parecer do Relator, pela MANUTENÇÃO DO AUTO DE INFRAÇÃO, por



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL CONSELHO REGIONAL DE ENGENHARIA E AGRONOMIA DA PARAÍBA - CREA/PB

infração ao(a) alínea "e", Artigo 6º da Lei 5.194/66, devendo ser aplicada a penalidade em seu <u>Patamar Mínimo</u> devidamente atualizado conforme previsto na alínea "e", Art. 73 da Lei 5.194/66. Coordenou a Sessão o Eng. Mecânico/Seg. do Trab. Júlio Saraiva Torres Filho, estiveram presentes os Conselheiros: Eng. Mecânico/Seg. do Trab. Maurício Timótheo de Souza, o Eng. Químico Audiberg Alves de Carvalho.

Cientifique-se e cumpra-se.

João Pessoa, 10 de dezembro de 2024.

Eng. Mecânico/Seg. do Trab. Júlio Saraiva Torres Filho Coordenador da CEMMQ – Crea/PB.